

JEAN SOLARI



Os yanomamis: em suas terras há ouro, cassiterita, diamante e urânio

## ÍNDIOS Portaria fatal Cai mais um presidente da Funai

Isolados nos confins da Serra do Surucucu, em Roraima, quase na fronteira com a Venezuela, os yanomamis, a última grande nação indígena brasileira que ainda mantém distância dos brancos, não sabem que a Funai tem um novo presidente desde a quarta-feira da semana passada. Mas foi principalmente por causa deles que o advogado Jurandy Marcos da Fonseca, 44 anos, foi demitido da presidência do órgão pelo ministro Mário Andreazza, do Interior. Desde o dia 10, quando se negou a assinar uma portaria que abre as áreas indígenas a companhias mineradoras particulares e colocou o cargo à disposição, Fonseca esperava sua demissão. "Eu não quero ser responsável por um genocídio", justificou-se. "O governo federal já cortou reservas indígenas com estradas como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Transaraguaia e a BR-80, e o decreto da mineração será a pá de terra final", afirmou Fonseca.

Segundo o ex-presidente da Funai, desde novembro do ano passado, quando o Decreto 88895 abriu a possibilidade de prospecção mineral em reservas indígenas, o órgão recebeu mais de 200 pedidos de autorização para mineração. Para Roraima converge grande número desses pedidos, orientados pelas notícias de que lá se localizam extensas jazidas de ouro, diamante, cassiterita, urânio

e outros minerais valiosos. Com 50% de sua área ocupada por sete grupos indígenas, que constituem 31 000 de seus 80 000 habitantes, também convergiam para o território as preocupações de Jurandy da Fonseca, a quem cabia assinar a portaria que regulamenta o decreto. Não assinou, criticou o ministro, foi demitido e em seu lugar nomeado o delegado aposentado da Polícia Federal, Néelson Marabuto Domingues, 48 anos — o sexto presidente da Funai no governo Figueiredo. "Não está em nosso nível examinar o decreto", disse Marabuto na quinta-feira. "Cabe à assessoria do Ministério do Interior decidir", observou.

**ATRÁS DO PROGRESSO** — Fonseca teme que a invasão de garimpeiros que inevitavelmente se seguirá à liberação das áreas indígenas venha a provocar a desagregação das últimas nações que ainda preservam seus costumes tradicionais. Yanomamis, waimiri-atroaris,

wai-wais, ingaricós, taurepangs e macuxis espalham-se pelos 230 000 quilômetros quadrados de Roraima beneficiados pela baixíssima densidade demográfica do território — 0,35 habitante por quilômetro quadrado — e pela falta de estradas, que tem impedido até agora o desbravamento de suas florestas e o avanço dos colonizadores. Contra a opinião de Fonseca se colocam os empresários e políticos da região, lembrando que Roraima guarda em seu rico subsolo sua mais promissora perspectiva de desenvolvimento. "Acontece que todo o potencial mineral e as melhores terras para a agricultura estão nas reservas indígenas", lamenta o geólogo Salomão Cruz. Dessas reservas, a mais rica é a dos yanomamis.

Com um orçamento de 54 bilhões de cruzeiros em 1984, e uma arrecadação de ICM de 1,6 bilhão de cruzeiros, o território depende quase que permanentemente da injeção de verbas federais. As verbas andam curtas e os sonhos também. "A vocação deste território é a agropecuária", acredita o governador nomeado, brigadeiro Vicente de Magalhães Morais. "Mas não vou cometer a aventura de atrair contingentes de colonos sem ter uma infra-estrutura mínima capaz de ajudá-los no desbravamento", avisa. Morais não quer repetir o erro de seu antecessor, o também brigadeiro Otomar de Souza Pinto, que, embalado pelo sonho de elevar Roraima à condição de Estado e se tornar seu primeiro senador, empreendeu um projeto de colonização que acabou abortando por falta de estradas para o escoamento da produção. Quando os pedidos das companhias de mineração, amontoados num gabinete da Funai, começarem a ser despachados, uma nova corrida do ouro pode ser deflagrada. E terá terminado o isolamento que os arredios yanomamis têm mantido, contactados apenas parcialmente por missões religiosas e funcionários da Funai.



CARLOS NAMBA



AE

Fonseca não quis assinar a portaria e foi substituído por Marabuto